

Mais emprego no dia do descanso

Comércio calcula que vai criar mais de dois mil novos postos de trabalho se as lojas passarem a abrir também aos domingos

Andrea Mota
Da equipe do Correio

Os desempregados de Brasília já podem ir preparando a carteira de trabalho. Dois mil, cento e setenta e oito empregos — nas áreas de shopping centers e pequenos empreendimentos comerciais (padarias, açougues, farmácias etc) — serão gerados nos próximos meses. Cabe apenas ao Governo do Distrito Federal a decisão de tornar o domingo um dia normal de trabalho para os comerciantes. “Esse número é uma estimativa a curto prazo. A longo prazo, esperamos 23.338 mil novos empregos, assim que todas as empresas aderirem à abertura do comércio durante os sete dias da semana”, disse o presidente do Sindivarejista, Lázaro Marques.

Esses dados fazem parte de um estudo realizado pela empresa de consultoria brasileira Chacon Associados e divulgados na última quinta-feira. “Se uma loja em um shopping, por exemplo, tem 6 funcionários que trabalham 72 horas semanais, com a abertura do comércio aos domingos, o número de horas trabalhadas aumentaria para 84”, explicou Lázaro. Para isso seriam necessárias mais 2 novas contratações para preencher o espaço ou se pagaria hora extra aos funcionários do quadro.

Para as lojas da entrequadra que trabalham 60 horas por semana, abrir aos domingos significaria um acréscimo de 10 horas. “Pagando ou não hora extra, os empresários terão que contratar mais pessoas porque não complementarão a grade horária de trabalho da empresa”, disse o advogado Lacerda Neto.

RESISTÊNCIA

Um levantamento recente da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) mostra

que 140 mil trabalhadores estão distribuídos em 45 mil empresas do Distrito Federal. E esse número aumentará se o novo horário for colocado em prática. “Esperamos apenas a decisão do GDF ou da Câmara Legislativa para tornar a abertura do comércio aos domingos um decreto-lei”, aguarda Lázaro.

Segundo ele, tal medida só deverá entrar em vigor no início de setembro. “As nossas expectativas são de que em dois ou três anos todo o comércio já esteja funcionando aos domingos”, acredita Lázaro. Portanto, o consumidor que espera fazer suas compras no próximo domingo pode desistir da idéia. “Alguns comerciantes das cidades-satélites já adotam esse horário. Eu não vejo porque não estendê-lo também para as lojas do Plano Piloto”, comentou.

O Sindicato dos Comerciantes têm uma explicação para tanta resistência. De acordo com a medida provisória nº 1.539/97, artigo sexto, fica autorizado o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, respeitadas as normas de proteção ao trabalho e observado o artigo 30, inciso I, da Constituição (competências dos Municípios). “O que nós queremos é uma lei específica para o Distrito Federal, já que ele não é ou tem Municípios. Apoiamos o projeto do Geraldo Magela que propõe também um acordo entre empregados e patrões para o pagamento de hora extra — ao invés do trabalhador receber como se fosse um dia normal de trabalho”, explicou a presidente do Sindicato dos Comerciantes do Distrito Federal Geralda Salles.

GREVE

O que os comerciantes não querem no momento é a contratação de novos funcionários. Um ofício do Sindicato dos Supermercados do DF (Sindsuper) expõe a insatisfação

Adauto Cruz



Seminário Globalização sem Exclusão reuniu os secretários Tom Rebelo, Homem de Carvalho e Elimar Nascimento

para tal procedimento. O presidente do Sindsuper, Wilson Lima, acredita que a classe só irá acumular prejuízos e desgastes comerciais com tal medida. “Somente o incremento das vendas é que possibilita o aumento de postos de trabalho, tributos e novos investimentos”, escreveu. “A única mão-de-obra que será gerada em setembro será decorrente da demanda de contratações para a época de Natal que começa no mês citado. De outra forma é cascata”, acrescentou Geralda.

O extremo da insatisfação está na decisão de greve dos comerciantes, ainda sem data definida. “Se a medida provisória não for retirada, todo o comércio fechará”, alertou Geralda.

SEMINÁRIO

O Governo do Distrito Federal (GDF) já está buscando soluções para os problemas que envolvem o de-

semprego no Distrito Federal. No último dia do seminário Globalização sem Exclusão — promovido pelo GDF e a Companhia Nacional de Desenvolvimento (Codeplan) — discutiu-se além da geração de emprego e de renda para a Capital, os impactos dos programas de inclusão social da mão-de-obra marginalizada no mercado de trabalho (população de baixa renda).

As soluções apresentadas reuniram desde o desenvolvimento de novos programas públicos considerados de sucesso — como o BRB—Trabalho, Proger (crédito às micro e pequenas empresas) e Bolsa-Escola — até as causas da migração de trabalhadores rurais para o DF atraídos pelos benefícios citados. “Proponho, inclusive a criação de um grupo que reúna todos os segmentos da sociedade para discutirem as propostas de geração de emprego e de renda para cada setor”, sugeriu o

secretário do trabalho, Pedro Celso.

O combate ao comércio informal se mostra eficiente na geração de renda para a Capital, segundo o presidente da Federação do Comércio (Fecomércio) Sérgio Koffes. “Em Ceilândia, por exemplo, para cada empresa formal existem três informais. Cerca de 25 mil ambulantes não pagam impostos”, informou Koffes.

Outras alternativas foram apresentadas por representantes do Sindicato dos Servidores (Sindser), Sebrae, Codeplan e Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Deve-se investir na formação profissional do trabalhador, no combate ao trabalho escravo e infantil e na reforma agrária (leia quadro) para fazer com que o trabalhador rural volte para o campo e tenha perspectivas de desenvolver uma atividade econômica que lhe garanta o sustento”, afirmou o presidente da CUT, José Zunga.

PROPOSTAS

CUT

- Redução da jornada de trabalho de 44h para 40 horas semanais
- Manutenção das turmas de 6 horas
- Ampliar para 12 meses o pagamento do seguro-desemprego
- Investir na capacitação e qualificação profissional
- Combater o trabalho escravo e infantil
- Incentivar a reforma agrária. A volta do trabalhador rural ao campo

SEBRAE

- Incentivar o desenvolvimento das empresas de participação e das pequenas empresas
- Investir em um parque tecnológico
- Criar uma balança comercial para o DF com o incentivo à produção e ao consumo local
- Privilegiar as empresas locais e estimular a competitividade

FIBRA

- Industrialização do Distrito Federal e Entorno
- Reforma tributária para incentivar as produções e a competitividade

FECOMÉRCIO

- Combater o comércio informal
- Incentivar desenvolvimento do turismo na cidade (Projeto Orla, Torre de Televisão etc)
- Treinamento profissional da mão-de-obra desqualificada
- Legalização de terras para a criação de novos pontos de trabalho (postos de gasolina, cinemas, shoppings centers etc)